



SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA	1
CORREGEDORIA	1
COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ	1
ATESTADO ADMINISTRATIVO - DPT	4
DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES - DPT	30

PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 547/PRES, de 23 de abril de 2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, com base no inciso I do Parágrafo Único do Artigo 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08620.001697/2020-01, **RESOLVE**:
Art. 1º Remover, *ex-officio*, sem ônus para a Funai, a servidora **DEBORAH CRISTINA CAVALCANTI CASTOR**, Indigenista Especializada, matrícula nº 3092943, da Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental Uru-Eu-Wau-Wau-RO, em Ji-Paraná-RO, para a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal da Coordenação de Gestão de Pessoas da Diretoria de Administração e Gestão desta Fundação, em Brasília-DF.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente

CORREGEDORIA

DESPACHO DECISÓRIO Nº 46/2020/SEAN - COAD/COAD - CORREG/CORREG-FUNAI

Referência: Processo nº 08620.002687/2020-84

Interessado: Funai

Assunto: Juízo de Admissibilidade

A CORREGEDORA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, SUBSTITUTA, no exercício das atribuições conferidas pela Portaria nº 426/PRES, de 12 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 113, Seção 2, de 14 de junho de 2017, bem como as previstas no Estatuto aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 24 de março de 2017, ADOTA, como fundamento deste ato, as conclusões e as recomendações do Juízo de Admissibilidade SEI nº 2087739, para determinar a instauração do Processo Administrativo Disciplinar - PAD, nos termos do art. 143, da Lei nº 8.112/90, tendo em vista os indícios de irregularidades administrativas disciplinares.

Brasília - DF, 23 de abril de 2020.

MARA LIGIA SOARES

Corregedor(a) Substituto(a)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 47/2020/SEAN - COAD/COAD - CORREG/CORREG-FUNAI

Referência: 08620. 011491/2019-47

Interessado: Funai

Assunto: Juízo de Admissibilidade

A CORREGEDORA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, SUBSTITUTA, no exercício das atribuições conferidas pela Portaria nº 426/PRES, de 12 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 113, Seção 2, de 14 de junho de 2017, bem como as previstas no Estatuto aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 24 de março de 2017, ADOTA, como fundamento deste ato, as conclusões e as recomendações do Juízo de Admissibilidade SEI nº 2094446, para determinar a instauração do Processo Administrativo Disciplinar - PAD, nos termos do art. 143, da Lei nº 8.112/90, tendo em vista os indícios de irregularidades administrativas disciplinares.

Brasília - DF, 23 de abril de 2020.

MARA LIGIA SOARES

Corregedor(a) Substituto(a)

COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ

PORTARIA Nº 03/CR-JPR/Funai, de 16 de março de 2020.

O COORDENADOR REGIONAL DE JI-PARANÁ-RO, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, nomeado pela Portaria 1330/PRES/FUNAI de 26.12.2017, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da FUNAI, aprovado pela Portaria nº 666/PRES, de 17 de Julho de 2017, e



CONSIDERANDO os dispostos nos incisos I, II e XI do Art. 21, Anexo I do Decreto nº 9.010, de 13 de março de 2017; CONSIDERANDO as disposições contidas nas Instruções Normativas SEDAP/PR nº 205, de 08 de abril de 1988 e SLTI/MPOG nº 03, de 15 de maio de 2008, bem como no Decreto nº 9.373, de 20 de abril de 2018; CONSIDERANDO o disposto na PORTARIA Nº004/2019/CR CACOAL/RO/FUNAI, de 27 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os trabalhos da Comissão Regional de Inventário Patrimonial e Desfazimento de Bens, no âmbito desta Coordenação Regional de Ji-Paraná e das Coordenações Técnicas Locais - CTL's e Coordenações de Frentes de Proteção Etnoambientais - CFPE Subordinadas, instaurada pela Portaria nº 13/2019/CR-JPR/FUNAI, de 04 de novembro de 2019, publicada no Boletim de Serviço nº 197, de 07.11.2019 e prorrogado através da Portaria nº 02/CR-JPR/Funai, de 08 de janeiro de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 07, de 13.01.2020;

Art. 2º O prazo estabelecido no Artigo 3º para que a Comissão submeta o relatório conclusivo acerca do inventário ao Coordenador Regional passou para o dia **15 de abril de 2020**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIONOR SERAFIM
Coordenador Regional

PORTARIA Nº 004/2020/CR-JPR/FUNAI

Constitui a comissão anual de inventário patrimonial para o exercício de 2020.

O COORDENADOR REGIONAL DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE JI-PARANÁ– CR/JPR- Funai, tendo em vista as disposições contidas nos incisos I, II e XI do Art. 21, Anexo I do Decreto nº 9.010, de 13 de março de 2017, e

CONSIDERANDO as disposições contidas nas Instruções Normativas SEDAP/PR nº 205, de 08 de abril de 1988 e SLTI/MPOG nº 03, de 15 de maio de 2008, bem como no Decreto nº 9.373, de 20 de abril de 2018;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de todas as Unidades Gestoras comprovarem a quantidade e o valor dos bens patrimoniais pertencentes a seus respectivos acervos, existentes em 31 de dezembro de cada exercício, podendo para tanto, executar os trabalhos de inventário por etapas e de forma programada, **RESOLVE:**

Art. 1º Constituir a Comissão Regional de Inventário Patrimonial, no âmbito desta COORDENAÇÃO REGIONAL e respectivas jurisdições, objetivando elaborar o inventário físico anual de bens móveis, imóveis, semoventes e do Patrimônio da Renda Indígena.

Art. 2º Compete à Comissão de Inventário:

estabelecer cronograma geral, de referência e de atividades, fixando datas para o desenvolvimento dos trabalhos;

elaborar o inventário de bens móveis, imóveis e semoventes da Funai, inclusive do Patrimônio da Renda Indígena;

identificar o estado de conservação dos bens, classificando-os e propondo o seu desfazimento, de acordo com o disposto no Decreto nº 9.373, de 2018 e na IN SEDAP/PR nº 205, de 1988;

realizar o levantamento *in loco*, utilizando Termo de Responsabilidade, de acordo com o modelo do Sistema de Administração e Serviços – SIADS;

propor, se necessário, o ajuste/conciliação dos saldos contábeis do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI (registro sintético) com o Sistema de Administração e Serviços – SIADS (registro analítico);

identificar e relacionar, com numeração a ser obtida no Sistema de Administração e Serviços – SIADS, os bens que se encontrem sem registro patrimonial, comunicando ao Serviço de Apoio Administrativo-SEAD para que adote as providências pertinentes a regularização;

solicitar ao Serviço de Apoio Administrativo-SEAD que promova, se necessário, os ajustes físicos dos bens inventariados no Sistema de Administração e Serviços – SIADS;

atualizar, emitir e buscar assinatura dos responsáveis e co-responsáveis nos Termos de Responsabilidade;

propor a abertura de sindicância para apurar eventual responsabilidade por dano ou extravio de bem pertencente ao acervo patrimonial da Funai.

Parágrafo único. O levantamento de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser realizado, exclusivamente, por servidores lotados, respectivamente, nas Unidades onde serão realizados.

Art. 3º A Comissão deverá submeter o relatório conclusivo acerca do inventário ao Coordenador Regional, até o dia **31 de dezembro de 2020**, conforme preconizado na alínea "a" do item 8.1 da Instrução Normativa SEDAP nº 205/88.

Art. 4º Designar os servidores DANSTIN NASCIMENTO LIMA, matrícula SIAPE nº 1928344; WILLIAM NUNES DA SILVA JUNIOR, matrícula SIAPE nº 1845717; e, TOMAS ROQUE CARVALHO, matrícula SIAPE nº 1923079, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão de Inventário

Parágrafo único. O Presidente, em suas faltas, ausências e impedimentos, será substituído pelo servidor TOMAS ROQUE CARVALHO, matrícula SIAPE nº 1923079.

Art. 5º Designar os servidores CLEIDE BRAZ BEZERRA ROCHA DE ALBUQUERQUE, matrícula SIAPE nº 446302, lotada na CTL 1 Ji-paraná; JOSIAS CEBIROP DA SILVA, matrícula SIAPE nº 2939677, lotado na CTL 2 Ji-paraná; KLAYTON CORRADI, matrícula SIAPE nº 1954729, lotado na CTL 3 Ji-paraná – subordinada a FPE Uru Eu Wau Wau; GUILHERME TEIXEIRA NERI, matrícula nº 1846268, lotado na CTL 1 Alta Floresta D'Oeste; NATANAEL CARVALHO



SOBRINHO, matrícula nº 0702039, lotado na CTL 2 Alta Floresta D'Oeste; ALTAIR ALGAYER, matrícula SIAPE nº 4193632, lotada na Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé; DANSTIN NASCIMENTO LIMA, matrícula SIAPE nº 1928344, lotado na CTL Jorge Teixeira– subordinada a FPE Uru Eu Wau Wau; RAIMUNDO NONATO SOARES, matrícula SIAPE nº 0445812, lotado na CTL Monte Negro – subordinada a FPE Uru Eu Wau Wau; RIELI FRANCISCATO, matrícula nº 1580724, lotado na Frente de Proteção Etnoambiental Uru Eu Wau Wau; TENNESSON GONÇALVES DE OLIVEIRA, matrícula SIAPE nº 6447191, lotado na CTL Rondolândia; FRANCIELI APARECIDA DE LIMA HONORATO, Matrícula SIAPE nº 1925694, lotado na CTL Porto Velho para, no prazo de 60 (sessenta) dias, submeter ao Presidente da Comissão os trabalhos resultantes das atividades descritas nos incisos III, IV, VI e VII do art. 2º desta Portaria, realizados no âmbito da jurisdição em que esteja lotado.

Art. 6º Estabelecer que o Presidente da Comissão, a seu critério, poderá requisitar o apoio de servidores não designados neste ato, para apoiar a execução das atividades objeto desta Portaria.

Art. 7º Os trabalhos da Comissão serão orientados pela Diretoria de Administração e Gestão – Dages/Funai, por intermédio do Serviço de Patrimônio - SEPAT.

Art. 8º Durante a realização do inventário patrimonial de que trata esta Portaria, fica vedada toda e qualquer movimentação física de bens móveis e semoventes localizados nos setores/unidades abrangidos pelos trabalhos de inventariança, sem a autorização expressa da Comissão de Inventário.

Art. 9º O não cumprimento das atribuições e prazos estabelecidos nesta Portaria ensejará na apuração de responsabilidade dos servidores que lhes der causa.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIONOR SERAFIM
Coordenador Regional



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 4

ATESTADO ADMINISTRATIVO - DPT

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 2089878 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08755.002036/2019-25	371/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
APARECIDO FRANCISCO DA SILVA		352.746.381-04	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA LAS VEGAS 409, JARDIM CALIFÓRNIA, CUIABÁ		78.030-010	MT
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE INFORMADA(ha)
LOTE 60, PADRÃO A PROJETO PANELLAS	COLNIZA	MT	2.997,6867
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE CONLIZA		COLNIZA	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
2.238	2	01	21/01/2014
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
JOSÉ AUGUSTO MARTINEZ CAMPANA		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
MT04156/D		3211463	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

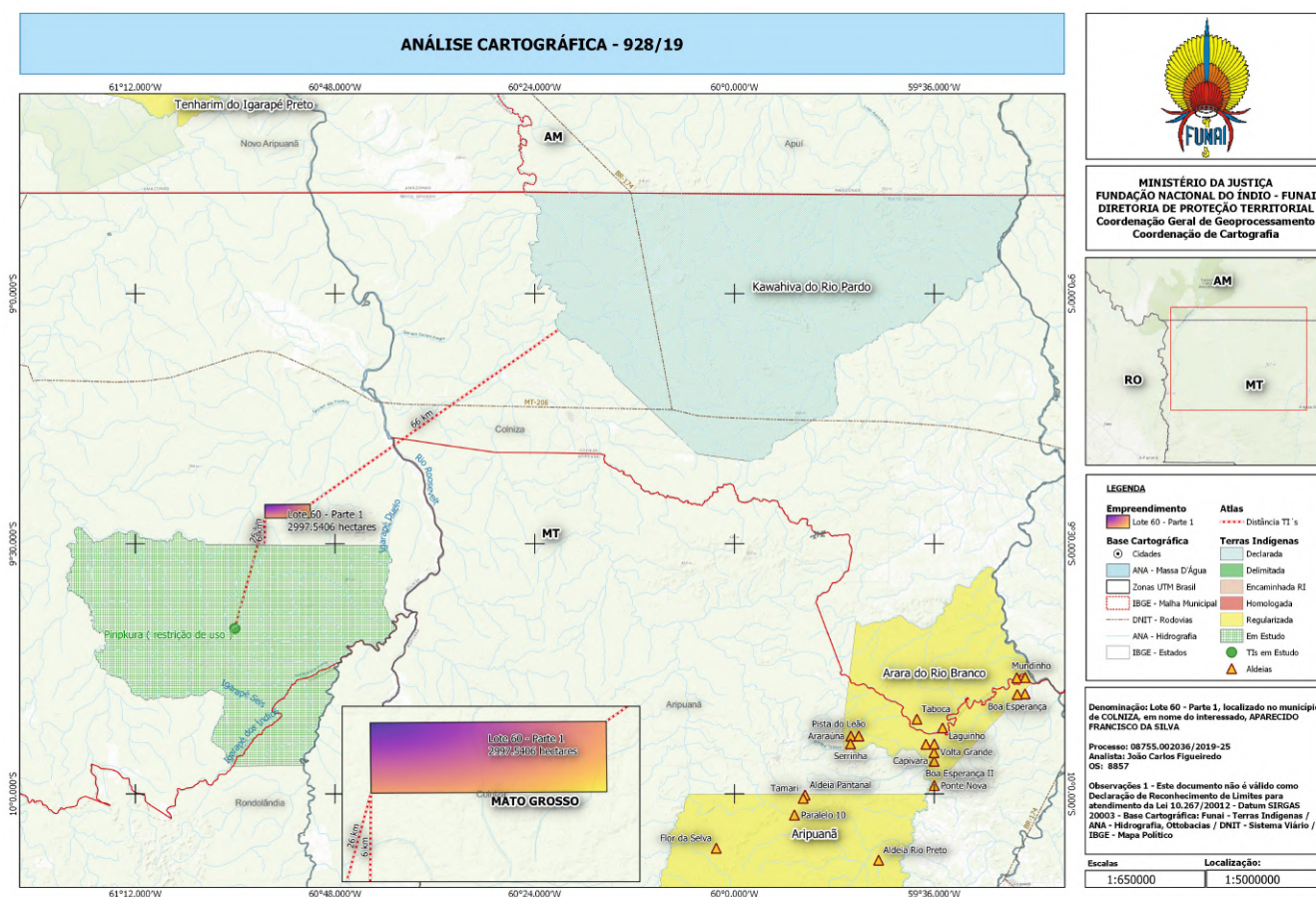
1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente





Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 6

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 2089908 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08087.000181/2020-25	372/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
SINGEMP - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA		08.828.969/0001-67	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA COSTA BARROS, Nº 915, SALA 711, BAIRRO CENTRO, FORTALEZA		60.160-280	CE
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE INFORMADA (ha)
SÍTIO SÃO JOSÉ	ITAPIPOCA	CE	89,5649
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - ITAPIPOCA		ITAPIPOCA	CE
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
622	2	1	12/12/2011
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
EDUARDO MOTA PINHEIRO		ENGENHEIRO CIVIL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
4614D/CE		CE20200618471	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



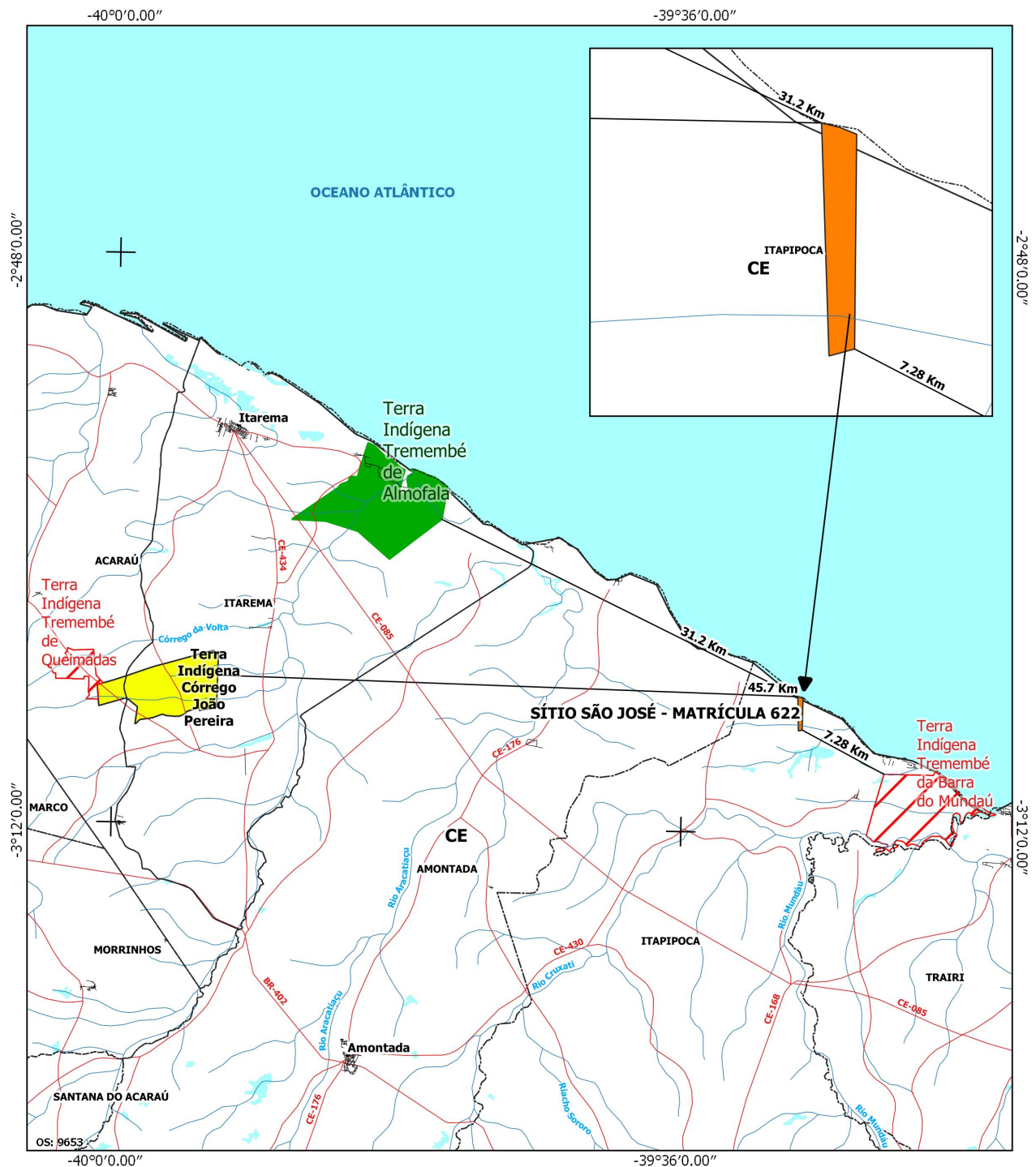
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 – p. 7



Legenda

Terras Indígenas

- Delimitada
- Declarada
- Homologada
- Regularizada
- Reserva Indígena
- Restrição de Uso
- Limite Estadual
- Limite Internacional

- Área ou Imóvel
- Limite Municipal
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Distância
- Rodovia
- Federal
- Estadual

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT		
DENOMINAÇÃO: SÍTIO SÃO JOSÉ - Matrícula 622		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N°267/2020
INTERESSADO: SINGEMP - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA		Documento Referência: 08087.000181/2020-25
MUNICÍPIO / UF: ITAPIPOCA / CE		ESCALA: 1:370000
DESENHO EM	CONFERIDO EM	CONFERIDO EM
Adriano Farias Spaulha	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEO / DPT	MARCELO ALMEIDA BASTOS COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - COGEO / DPT CREAN 57900 - RS

Os atos aqui publicados têm validade jurídica na forma do disposto no Decreto nº 96.496, de 12 de agosto de 1988, ressalvados aqueles de publicação obrigatória no Diário Oficial da União, e deverão ser registrados e cumpridos independentemente de qualquer comunicação ou expediente complementar.



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 8

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 2089392 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08087.000187/2020-01	369/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
SINGEMP - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA		08.828.969/0001-67	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA COSTA BARROS, Nº 915, SALA 711, BAIRRO CENTRO, FORTALEZA		60.160-280	CE
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE INFORMADA (ha)
SÍTIO SÃO JOSÉ	ITAPIPOCA	CE	267,6393
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - CARTÓRIO GOMES		ITAPIPOCA	CE
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
628	2	1-V	12/12/2011
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
EDUARDO MOTA PINHEIRO		ENGENHEIRO CIVIL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
4614D/CE		CE 20200618496	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

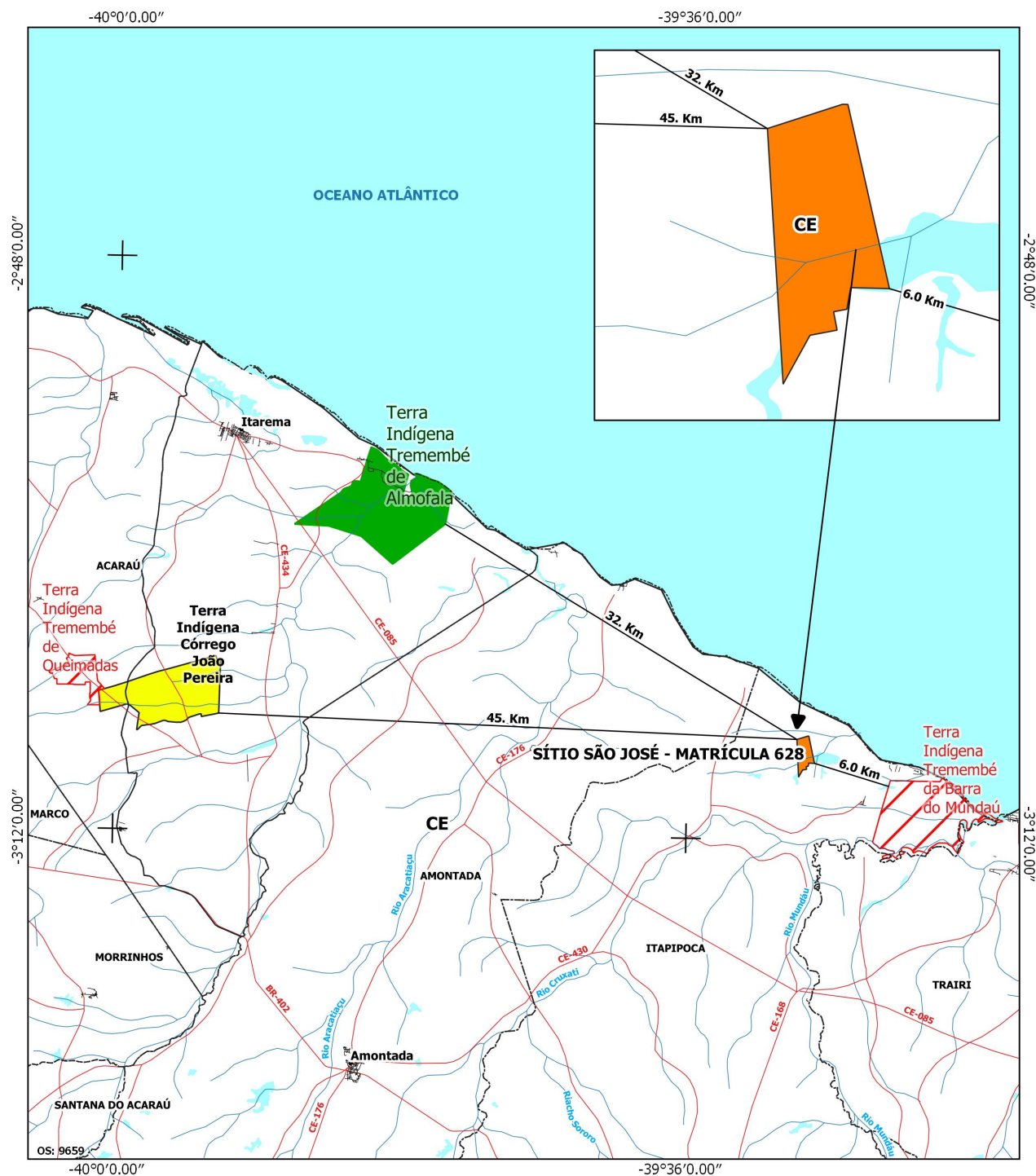
Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente

Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 9



Legenda

- Terras Indígenas**
-  Delimitada
 -  Declarada
 -  Homologada
 -  Regularizada
 -  Reserva Indígena
 -  Restrição de Uso
 -  Limite Estadual
 -  Limite Internacional
- Área ou Imóvel**
-  Área ou Imóvel
 -  Limite Municipal
 -  Sede do município
- Massa D'Água**
-  Hidrografia
 -  Distância
- Rodovia**
-  Federal
 -  Estadual

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

	<p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</p> <p>FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI</p> <p>DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT</p>	
	<p>DESCRIÇÃO: SÍTIO SÃO JOSÉ - Matrícula 628</p>	<p>INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA Nº 276/2020</p>
<p>INTERESSADO: SINGEMP - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA</p>	<p>Documento Referência: 08087.000.187/2020-01</p>	
	<p>MUNICÍPIO / UF: ITAPIPOCA / CE</p>	<p>ESCALA: 1:370000</p>
<p>DESENHO EM _____/_____/_____/_____</p>	<p>CONFERIDO EM _____/_____/_____/_____</p>	<p>CONFERIDO EM _____/_____/_____/_____</p>
<p>JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR GERAL DE CARTOGRAFIA</p>		<p>MARCELO ALMEIDA BASTOS COORD. GERAL DE GEORREPRESENTAÇÃO - SAGEO / DPT</p>

Os atos aqui publicados têm validade jurídica na forma do disposto no Decreto nº 96.496, de 12 de agosto de 1988, ressalvados aqueles de publicação obrigatória no Diário Oficial da União, e deverão ser registrados e cumpridos independentemente de qualquer comunicação ou expediente complementar.



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 10

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1941327 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº		DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08748.000515/2018-15		112/2020/DPT/FUNAI		DOIS ANOS A CONTA DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)				CPF/CNPJ	
GUSTAVO PADILHA JUNQUEIRA DE SOUZA				083.804.407-73	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)				CEP	UF
RUA VISCONDE DE PIRAJÁ, 596, APTO 501, IPANEMA				22410-900	RJ
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)		MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)	
LOTE 01 DA LINHA 01 SUL DA GLEBA URUARÁ, FAZENDA MARACAJÁ		RIO DE JANEIRO	RJ	577,0964	
CRI/COMARCA			MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)	
URUARÁ			URUARÁ	PA	
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)		LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)		DATA
4681		2	001		28/11/2016
RESPONSÁVEL TÉCNICO			ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL		
TIAGO DE OLIVEIRA BRANDÃO			ENGENHEIRO AGRÔNOMO		
REGISTRO NO CREA Nº			ART. Nº		
16983 D/PA			PA20150060112		

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



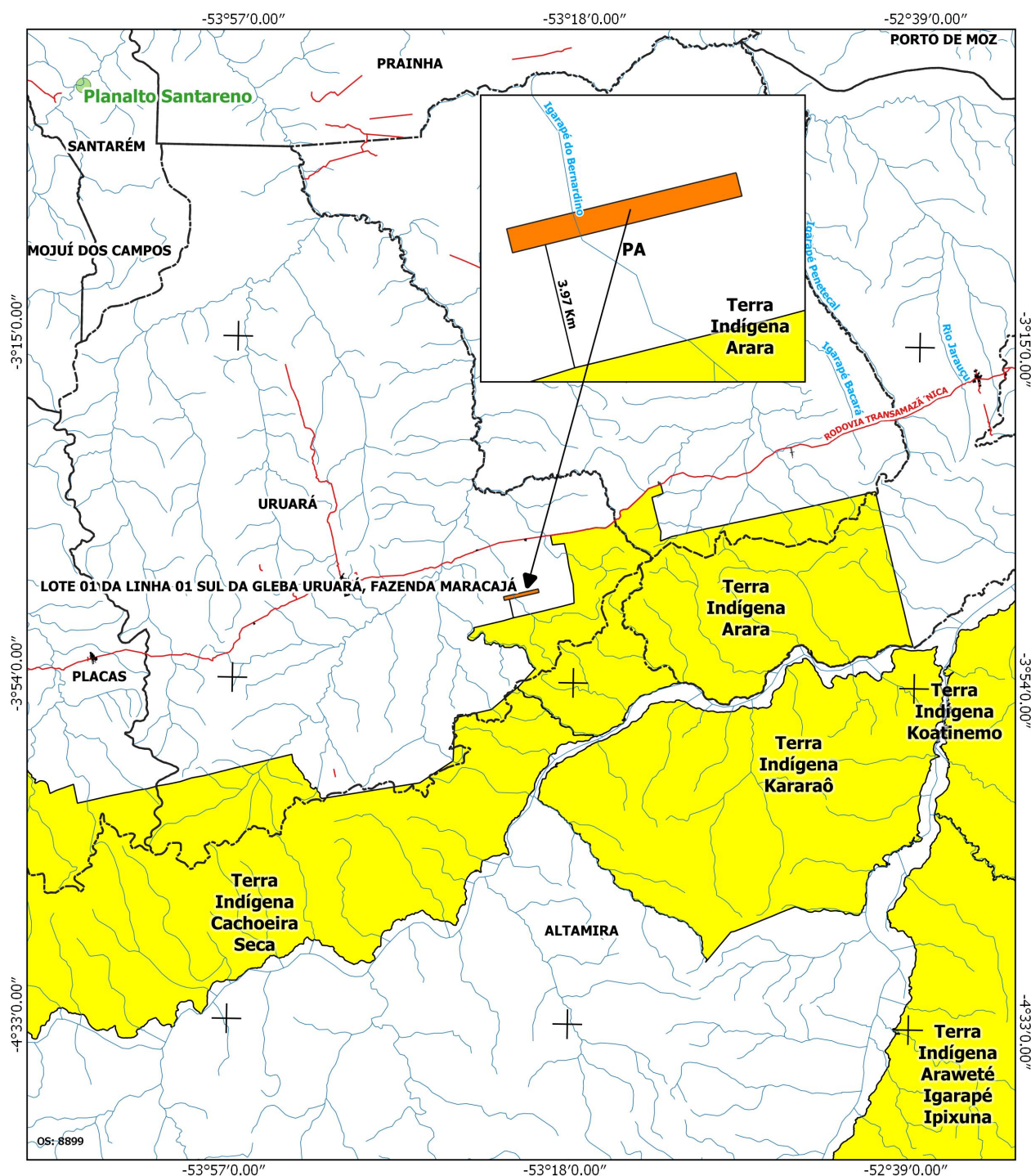
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 – p. 11



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena
- Delimitada
- Homologada
- Reserva Indígena
- Restrição de Uso
- Regularizada
- Declarada
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Área ou Imóvel
- Limite Internacional
- Distância
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia
- Federal
- Estadual

Observações:

- Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
- Informamos que o referido imóvel encontra-se distante cerca de 3,97 km da Terra Indígena Arara, área indígena mais próxima.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT

DENOMINAÇÃO: LOTE 01 DA LINHA 01 SUL DA GLEBA URUARÁ, FAZENDA MARACAJÁ	INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N°1165/19
INTERESSADO: GUSTAVO PADILHA JUNQUEIRA DE SOUZA	Documento Referência: 08748.000515/2018-15
MUNICÍPIO / UF: URUARÁ / PA	ESCALA: 1:1000000
DESENHO EM Adriano Fortes Spadilha	CONFERIDO EM JOSE DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA EGCANT / GCMSP / DPT
	CONFERIDO EM MARCELO ALMEIDA BASTOS COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - CGGEO / DPT CRAIAN SPBIO - RS



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 12

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 2029509 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08749.000860/2019-20	263/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
PEDRO SAURUK FILHO		847.297.409-04	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
POV RIO PRETO, S/N, BOA VISTA, IRATI.		84.500-000	PR
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
SÍTIO NOVA ESPERANÇA	BONFIM	RO	1.049,7790
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CERTIDÃO DE TRAMITAÇÃO nº 611010219, REFERENTE A PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL, EMITIDA PELO ITERAIMA		-	-
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
-	-	-	09/11/2019
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
JANDERSON DA SILVA LÚCIO		TÉCNICO EM AGRIMENSURA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
1311 TD/RR		RR 20170027344	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

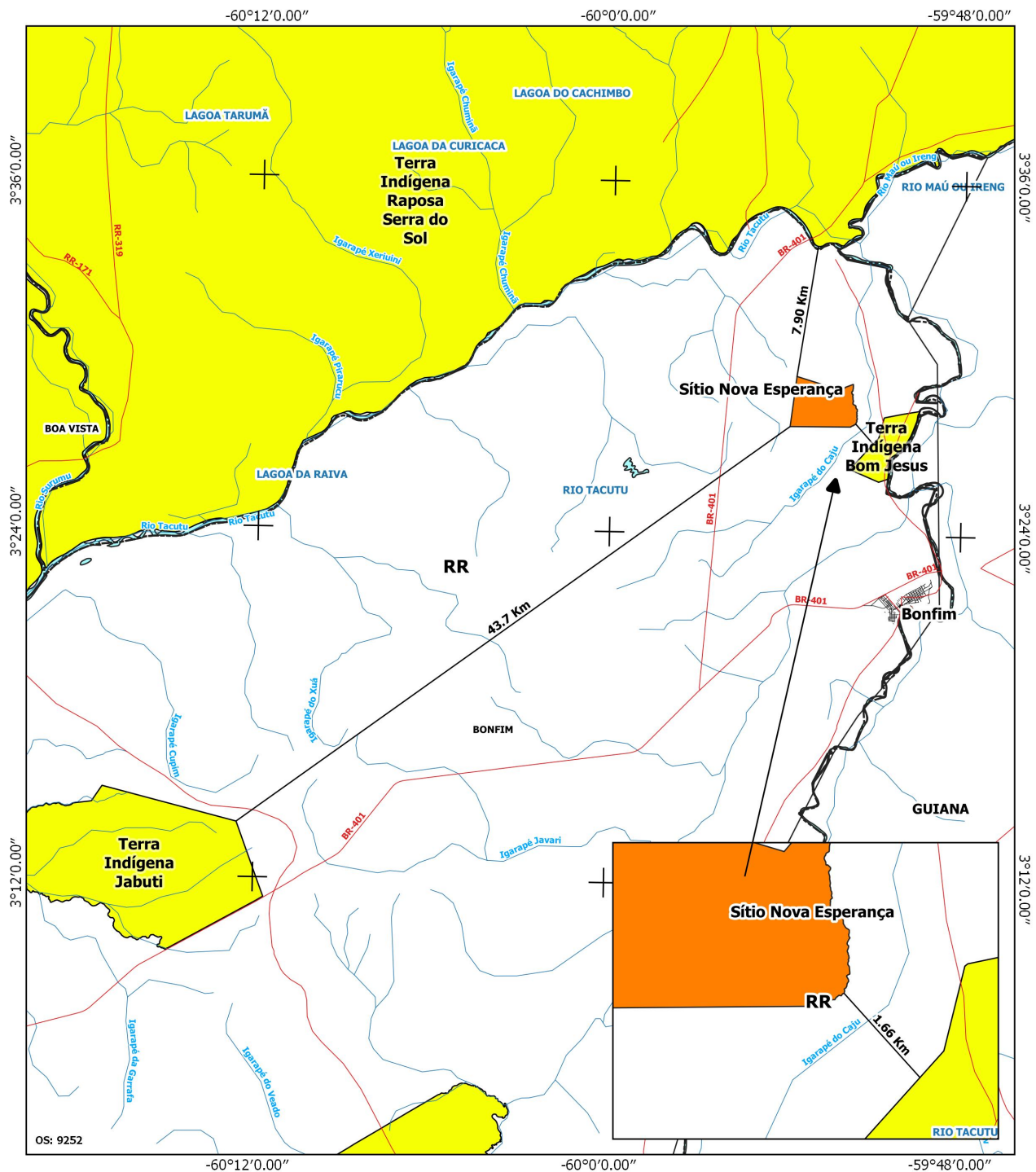
1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



Legenda

- | | |
|-----------------------------|----------------------|
| Terras Indígenas Delimitada | Área ou Imóvel |
| Declarada | Limite Internacional |
| Homologada | Distância |
| Regularizada | Sede do município |
| Reserva Indígena | Massa D'Água |
| Restrição de Uso | Hidrografia |
| Limite Municipal | Rodovia Federal |
| Limite Estadual | Rodovia Estadual |

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

		
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI		
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT		
DENOMINAÇÃO: Sítio Nova Esperança		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N°13/2020
INTERESSADO: PEDRO SAURUK FILHO		Documento Referência: 08749.000860/2019-20
MUNICÍPIO / UF: BONFIM / RR		ESCALA: 1:300000
DESENHO EM _____	CONFERIDO EM _____	CONFERIDO EM _____
Adriano Farias Spadilha	JOSE DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEO / DPT	MARCELO ALMEIDA BASTOS COORD. GERAL DE DESPESSEAMENTO - COGEO / DPT CREAN N° 87600 - RS



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 14

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 2087290 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº		DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08755.000914/2019-78		360/2020/DPT/FUNAI		DOIS ANOS A CONTAR EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)				CPF/CNPJ	
JOÃO BATISTA DE ARRUDA				203.051.171-49	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)				CEP	UF
RUA LIMIRO ROSA PEREIRA, Nº 1169, ARAPUTANGA				78260-970	MT
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)		MUNICÍPIO(S)		UF	SUPERFÍCIE (ha)
LOTE 58		COLNIZA		MT	2770,4659
CRI/COMARCA			MUNICÍPIO(S)		ESTADO(S)
CARTÓRIO DE 1º OFÍCIO DE COLNIZA			COLNIZA		MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)		LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)		DATA
163		02	01		11/11/2007
RESPONSÁVEL TÉCNICO			ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL		
PAULO ROBERTO DA CONCEIÇÃO JÚNIOR			ENGENHEIRO FLORESTAL		
REGISTRO NO CREA Nº			ART. Nº		
120718583-3			3137398		

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

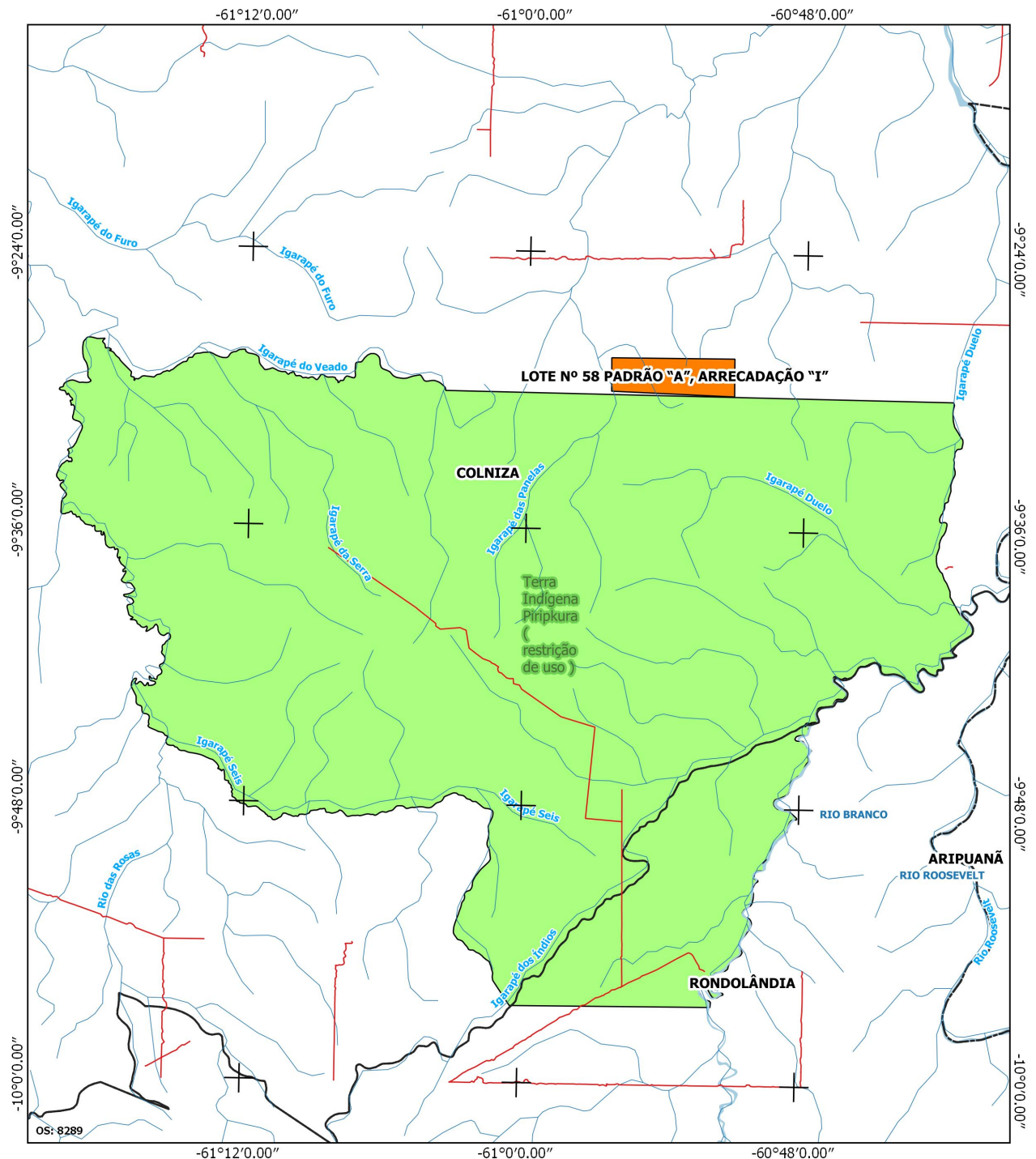
1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena
 - Delimitada
 - Homologada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Regularizada
 - Declarada
 - Área Limitrofe
- Limite Internacional
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia
 - Federal
 - Estadual
- Distância

Observações:

- 1 - Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
- 2 - Informamos, que o referido imóvel é limítrofe com a Terra Indígena Barata Livramento.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT		
DENOMINAÇÃO: LOTE Nº 58 PADRÃO "A", ARRECADAÇÃO "I"		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA Nº 795/19
INTERESSADO: JOÃO BATISTA DE ARRUDA		Documento Referência: 08755.000914/2019-78
MUNICÍPIO / UF: COLNIZA / MT		ESCALA: 1:350000
DESENHO EM _____	CONFERIDO EM _____	CONFERIDO EM _____
Adriano Fábio Spadina	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEI - DPT	JOSÉ ANTONIO DE SA COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - COGEO / DPT CREA / PR Nº 15.426/D



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 16

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 2085970 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08087.000180/2020-81	356/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
SINGEMP - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA		08.828.969/0001-67	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA COSTA BARROS, Nº 915, SALA 711, BAIRRO CENTRO, FORTALEZA		60.160-280	CE
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE INFORMADA (ha)
SÍTIO SÃO JOSÉ	ITAPIPOCA	CE	91,9470
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - CARTÓRIO MOURA		ITAPIPOCA	CE
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
3927	2	1-V	31/10/2019
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
EDUARDO MOTA PINHEIRO		ENGENHEIRO CIVIL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
4614D/CE		CE 20200618458	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



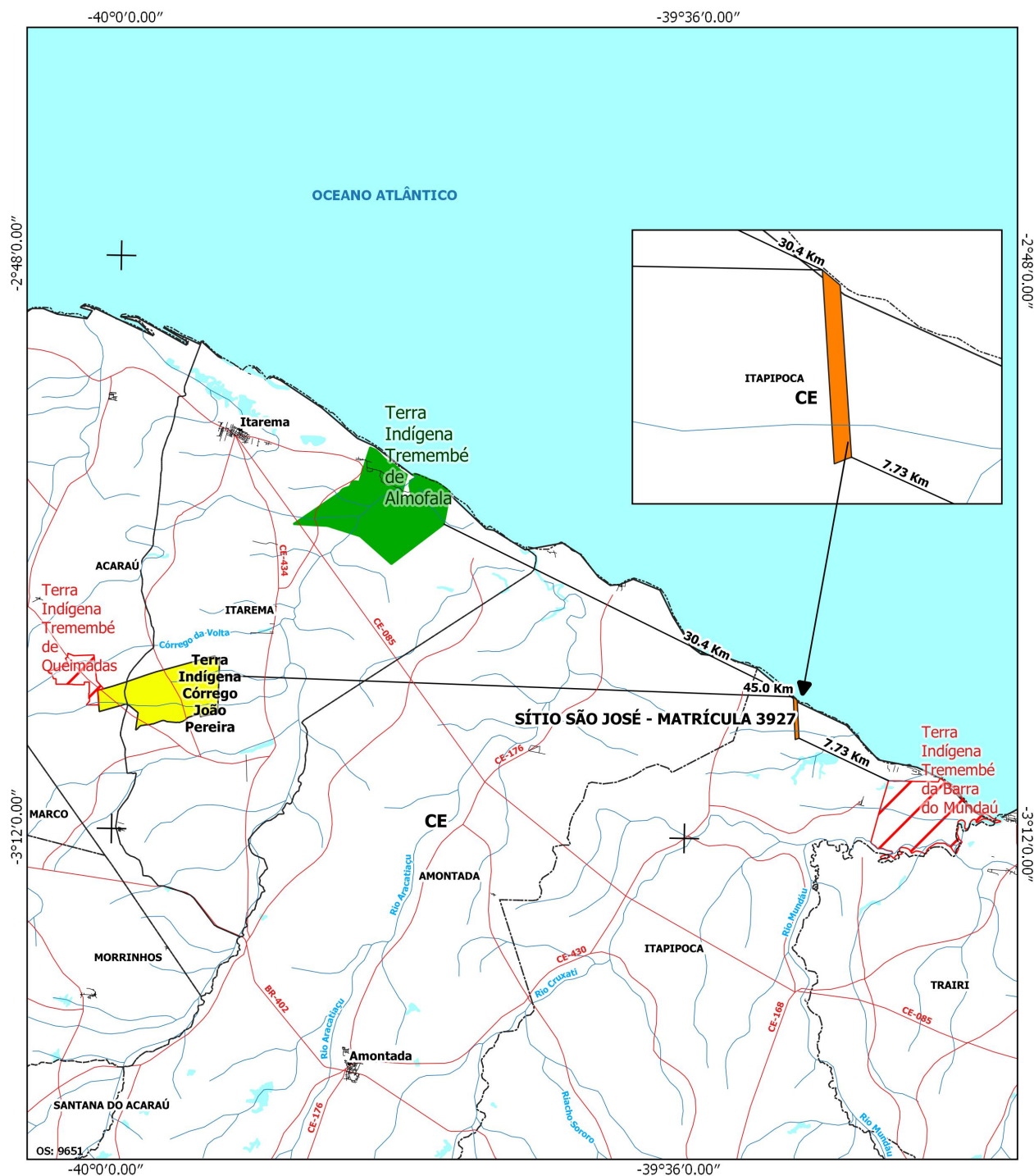
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 17



Legenda

Terras Indígenas

- Delimitada
 - Declarada
 - Homologada
 - Regularizada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Limite Estadual
 - Limite Internacional
- Área ou Imóvel
 - Limite Municipal
 - Sede do município
 - Massa D'Água
 - Hidrografia
 - Distância
 - Rodovia
 - Federal
 - Estadual

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

		
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI		
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT		
DENOMINAÇÃO: SÍTIO SÃO JOSÉ - Matrícula 3927		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N°262/2020
INTERESSADO: SINGEMP - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA		Documento Referência: 08087.000179/2020-56
MUNICÍPIO / UF: ITAIPOCA / CE		ESCALA: 1:370000
DESENHO EM Adriano Farias Spaldino	CONFERIDO EM JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COORDENADOR DE DPT	CONFERIDO EM MANOEL ALMEIDA BASTOS COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - GCGEO / DPT COORDENADOR DE DPT



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 18

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 2087031 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08749.000897/2019-58	358/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
FLAVIO SHOJI NISHIMUTA		026.402.409-51	
DEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA OSWALDO MARCONDES, Nº 761, QD 39, DT4, SÃO JORGE DO IVAÍ		87.190-000	PR
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE INFORMADA (ha)
SÍTIO BOM JARDIM	BOA VISTA	RR	473,4723
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
BOA VISTA		BOA VISTA	RR
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
86.909	02	01-V	08/03/2019
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
DÉBORA DE SOUZA ARAÚJO		TÉCNICA EM AGRIMENSURA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
091035144-9 RR		BR20190037906-RR	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

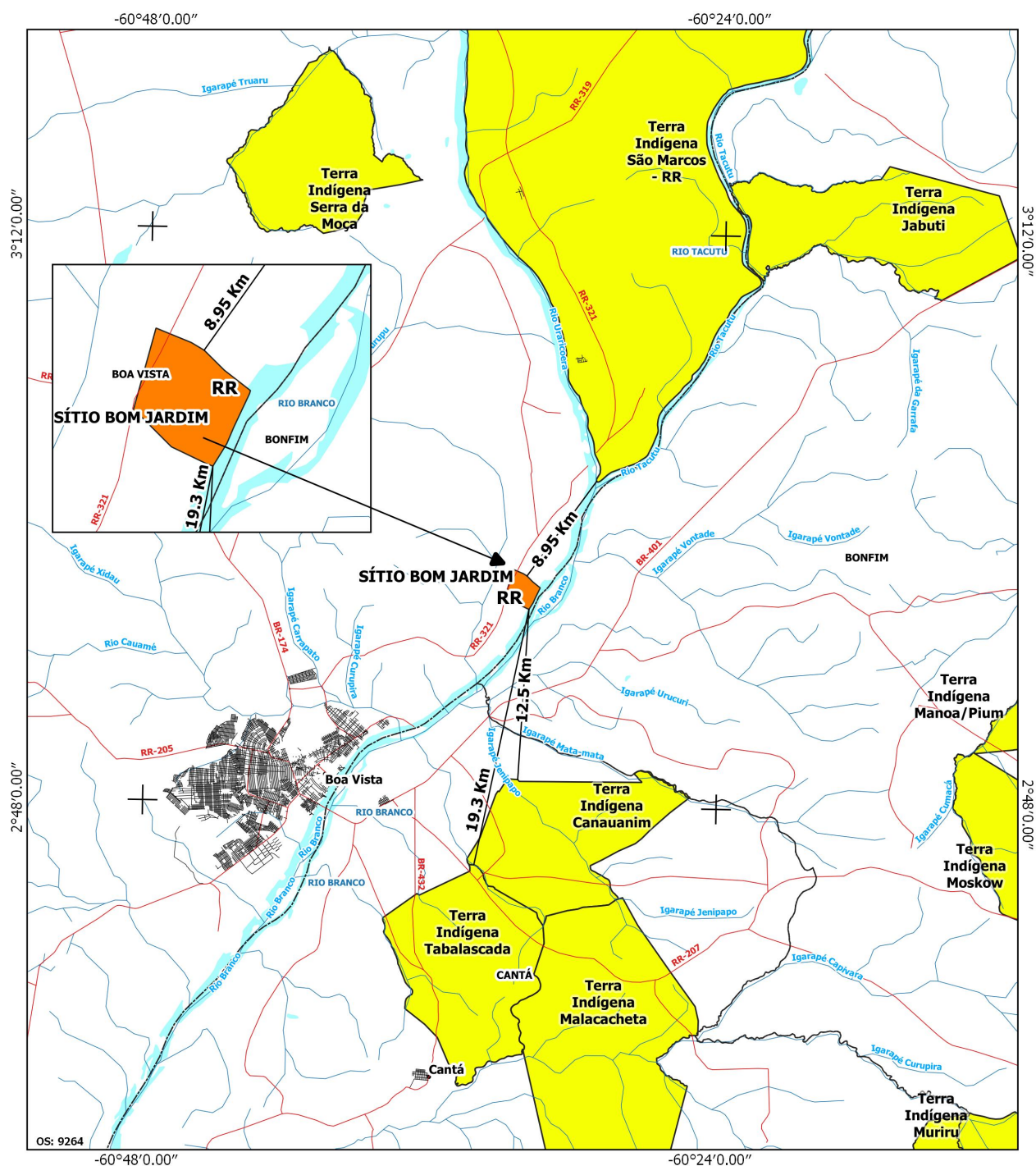
1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



Legenda

Terras Indígenas

- Delimitada
 - Declarada
 - Homologada
 - Regularizada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Limite Estadual
 - Limite Internacional
- Área ou Imóvel
 - Limite Municipal
 - Sede do município
 - Massa D'Água
 - Hidrografia
 - Distância
 - Rodovia
 - Federal
 - Estadual

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

		
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI		
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT		
DESCRIÇÃO:	SÍTIO BOM JARDIM	
INTERESSADO:	FLAVIO SHOJI NISHIMUTA	
MUNICÍPIO / UF:	BOA VISTA / RR	
DESENHO EM	CONFERIDO EM	CONFERIDO EM
Adriano Farias Spindola	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEO / DPT	MANOEL ALMEIDA BASTOS COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - COGEO / DPT BRASÍLIA - DF
INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA Nº 260/2020		
Documento Referência: 08749.000897/2019-58		
ESCALA: 1:370000		



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 20

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 2090104 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08087.000191/2020-61	356/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
SINGEMP - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA		08.828.969/0001-67	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA COSTA BARROS, Nº 915, SALA 711, BAIRRO CENTRO, FORTALEZA		60.160-280	CE
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE INFORMADA (ha)
SÍTIO SÃO JOSÉ	ITAPIPOCA	CE	287,6660
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS -CARTÓRIO GOMES		ITAPIPOCA	CE
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
632	2	1-V	12/12/2011
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
EDUARDO MOTA PINHEIRO		ENGENHEIRO CIVIL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
4614D/CE		CE 20200618522	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



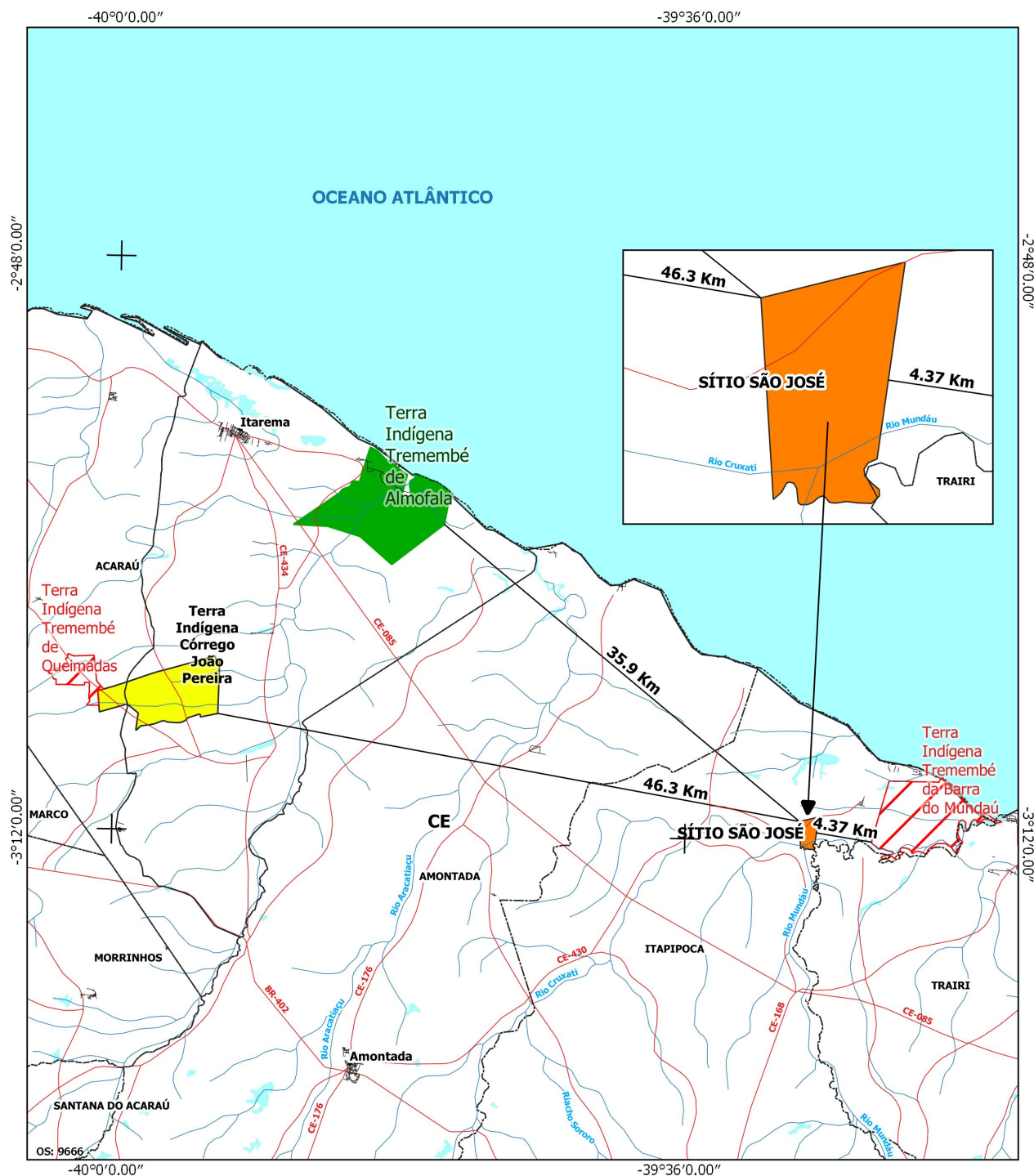
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 – p. 21



Legenda

- Terras Indígenas
 - Delimitada
 - Declarada
 - Homologada
 - Regularizada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Limite Estadual
 - Limite Internacional
- Área ou Imóvel
- Limite Municipal
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Distância
- Rodovia
 - Federal
 - Estadual

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT		
DENOMINAÇÃO: SÍTIO SÃO JOSÉ		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N°247/2020
INTERESSADO: SINGEMP - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA		Documento Referência: 08087.000191/2020-61
MUNICÍPIO / UF: ITAIPOCA / CE		ESCALA: 1:370000
DESENHO EM	CONFERIDO EM	CONFERIDO EM
Adriano Faria Spiziba	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEO / DPT	MARCELO ALMEIDA BASTOS COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - COGEO / DPT CREA N° 57660 - RS

Os atos aqui publicados têm validade jurídica na forma do disposto no Decreto nº 96.496, de 12 de agosto de 1988, ressalvados aqueles de publicação obrigatória no Diário Oficial da União, e deverão ser registrados e cumpridos independentemente de qualquer comunicação ou expediente complementar.



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 22

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 2089998 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08087.000183/2020-14	373/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
SINGEMP - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA		08.828.969/0001-67	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA COSTA BARROS, Nº 915, SALA 711, BAIRRO CENTRO, FORTALEZA		60.160-280	CE
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE INFORMADA (ha)
SÍTIO SÃO JOSÉ	ITAPIPOCA	CE	90,3148
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - CARTÓRIO GOMES		ITAPIPOCA	CE
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
624	2	1	12/12/2011
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
EDUARDO MOTA PINHEIRO		ENGENHEIRO CIVIL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
4614D/CE		CE 20200618480	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



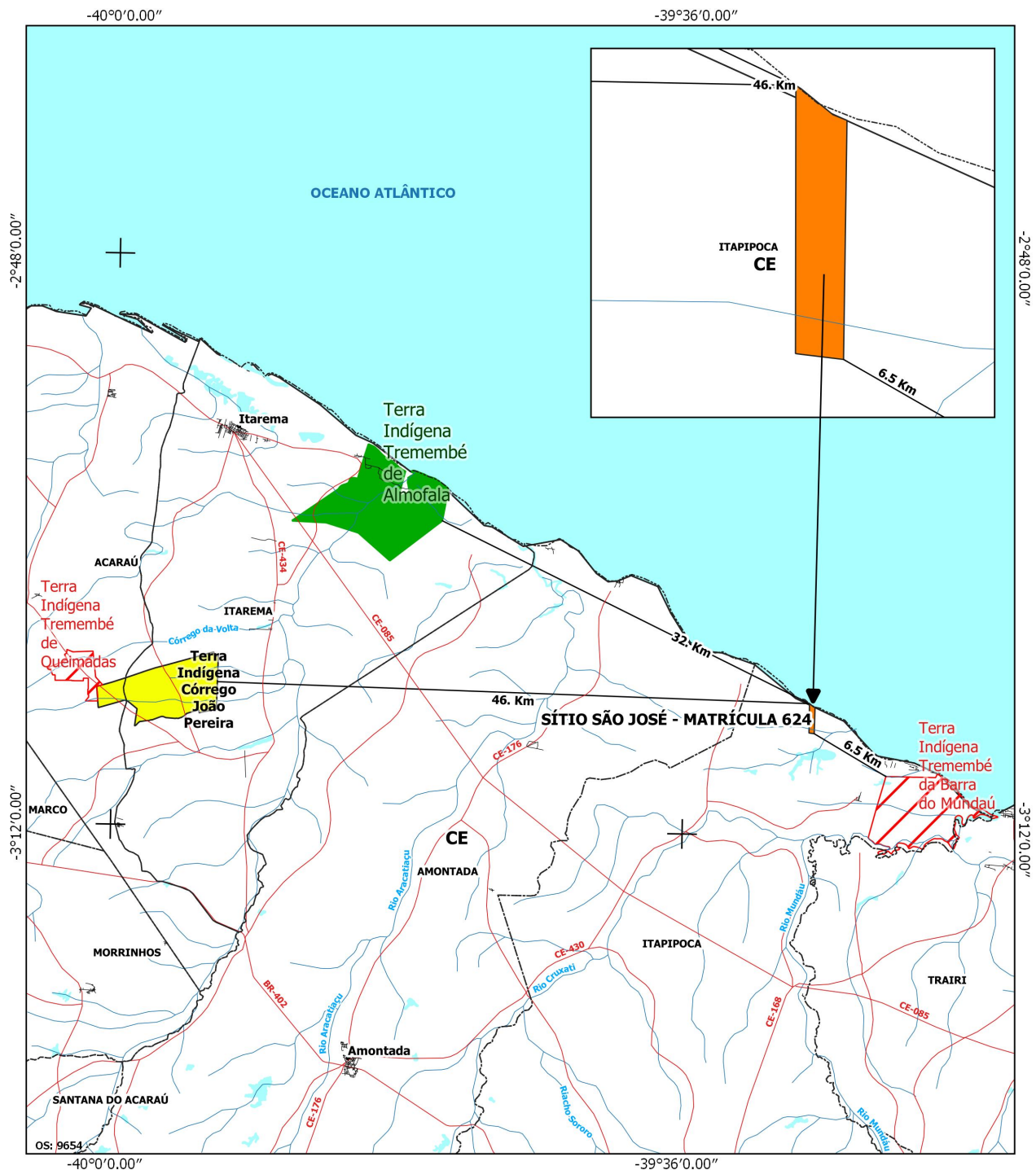
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 23



Legenda

Terras Indígenas	Área ou Imóvel
Delimitada	Limite Municipal
Declarada	Sede do município
Homologada	Massa D'Água
Regularizada	Hidrografia
Reserva Indígena	Distância
Restrição de Uso	Rodovia
Limite Estadual	Federal
Limite Internacional	Estadual

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

		
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI		
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT		
DENOMINAÇÃO: SÍTIO SÃO JOSÉ - Matrícula 624		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N°277/2020
INTERESSADO: SINGEMP - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA		Documento Referência: 08087.000183/2020-14
MUNICÍPIO / UF: ITAIPOCA / CE		ESCALA: 1:370000
DESENHO EM _____	CONFERIDO EM _____	CONFERIDO EM _____
Adriano Faria Spadilha	JOSE DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEO / DPT	MARCELO ALMEIDA SANTOS COORD. GERAL DE DESPESSEAMENTO - COGEO / DPT CREAN° 87660 - RS



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 24

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 2091497 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08755.002920/2018-89	376/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
JOSÉ TAVARES DE MELLO FILHO E OUTROS		148.002.689-34	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA J. MÁRCIO, Nº 71, JARDIM PRIMAVERA, CUIABÁ		78.030-010	MT
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
LOTE 71, PADRÃO A PROJETO PANELLAS	COLNIZA	MT	1.791,3510
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE COLNIZA		COLNIZA	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
2.766	2	03	31/10/2014
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
FERNANDO CARBONI FERREIRA DE SOUZA		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
11.113/D-MT		1498037	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

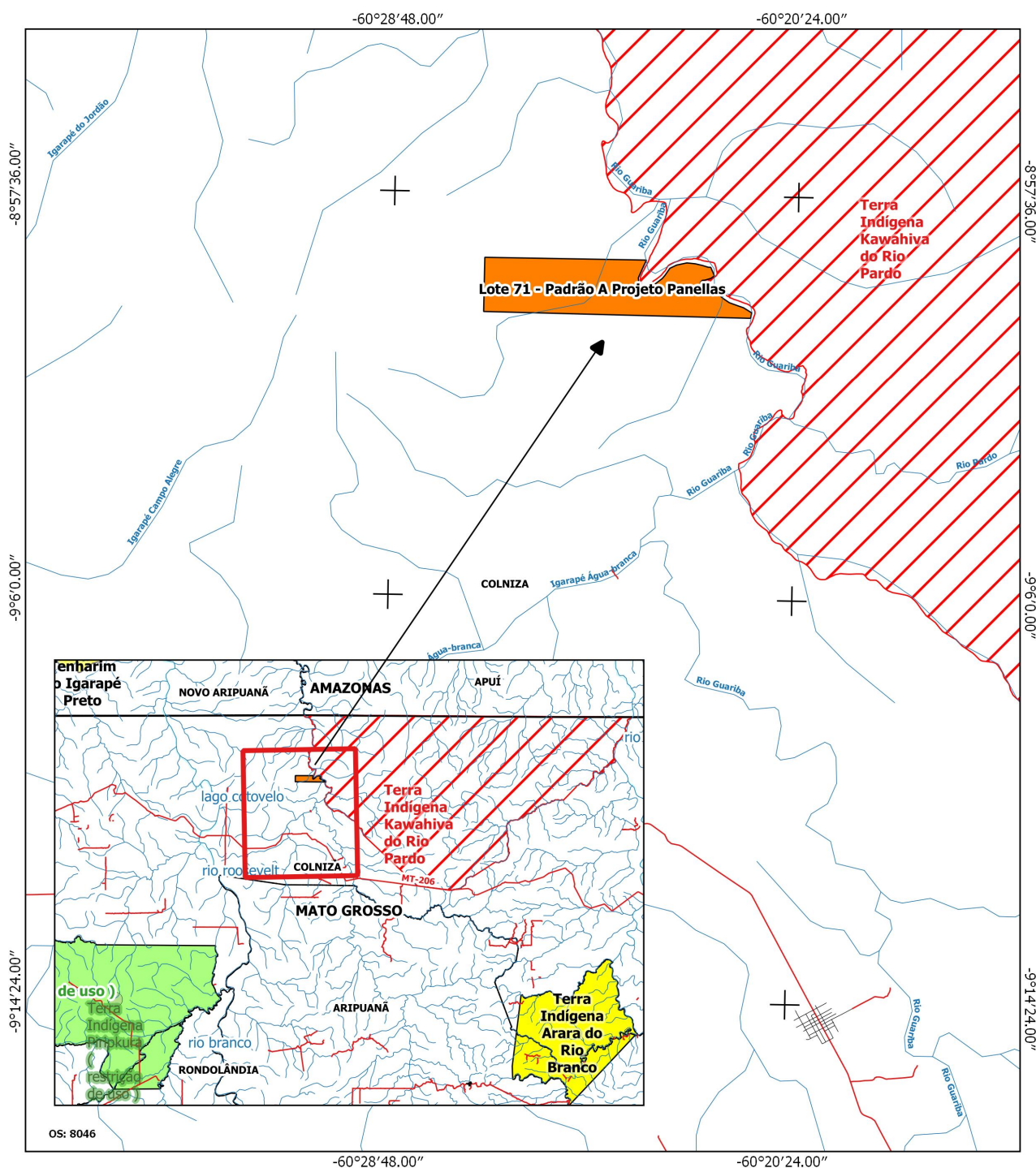
1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
 - Sede do Município
 - Limites Internacionais
 - Limites Municipais
 - Limites Estaduais
 - Massa D'Água
 - Hidrografia
 - Rodovia
 - Federal
 - Estadual
 - Distância
 - Área ou Imóvel
- Terras Indígenas**
- Declarada
 - Delimitada
 - Homologada
 - Regularizada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso

Observações:

- 1 - Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
- 2 - O Rio Guariba é limite comum entre o Lote 71 - Padrão A Projeto Panellas e a T.I. KAWAHIVA DO RIO PARDO.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

		
MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT		
DENOMINAÇÃO: Lote 71 - Padrão A Projeto Panellas		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N° 317/19
INTERESSADO: José Tavares de Mello Filho e Outros		Documento Referência: 08755.002920/2018-89
MUNICÍPIO / UF: COLNIZA / MT		ESCALA: 1:170000
DESENHO EM _____	CONFERIDO EM _____	CONFERIDO EM _____
Adriano Faria Spadilha	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEO / DPT	JOSÉ ANTONIO DE SA COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO COCOA / PR N° 18.438/D



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 26

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 2091639 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08620.001044/2020-13	378/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
IVANEIDE LIMA MENEZES		129.746.502-44	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
ALAMEDA SERRO, Nº 145, BAIRRO ALEIXO, MANAUS		69060-130	AM
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE INFORMADA(ha)
PIC BELA VISTA, SÍTIO JOANA DARCI, GLEBA 04A, LOTE 30	MANACAPURU	AM	13,4630
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO nº 56421.000377/2014-76		-	-
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
-	-	-	-
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
FERNANDO GONÇALVES DE MELO		ENGENHEIRO GEÓGRAFO	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
8423/D/GO		0010470/2012-AM	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



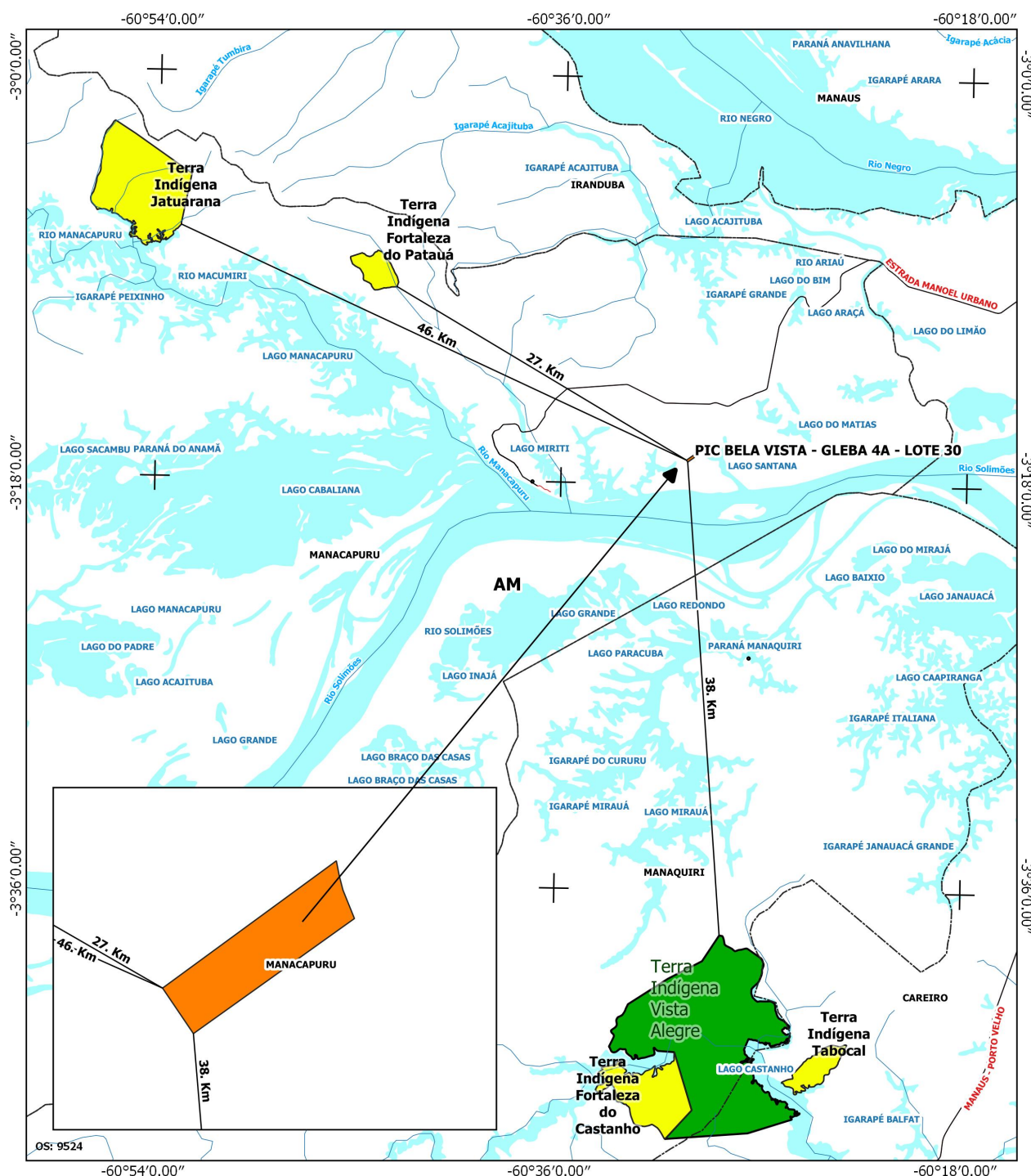
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 27



Legenda

- Terras Indígenas**
 - Delimitada
 - Declarada
 - Homologada
 - Regularizada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Limite Estadual
 - Limite Internacional
- Área ou Imóvel**
- Limite Municipal**
- Sede do município**
- Massa D'Água**
- Hidrografia**
- Distância**
- Rodovia**
 - Federal
 - Estadual

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

		
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI		
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT		
DENOMINAÇÃO:	PIC BELA VISTA - GLEBA 4A - LOTE 30	
INTERESSADO:	IVANEIDE LIMA MENEZES	
MUNICÍPIO / UF:	MANACAPURU / AM	
DESENHO EM	CONFERIDO EM	CONFERIDO EM
Adriano Farias Spalvão	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEM / DPT	MARCELO ALMEIDA BATISTOS COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - COGEO / DPT CREANº 67860 - RS
INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA Nº151/2020		Documento Referência: 08620.001044/2020-13
ESCALA:		1:390000



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 28

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 2090048 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº		DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08087.000189/2020-91		374/2020/DPT/FUNAI		DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)				CPF/CNPJ	
SINGEMP - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA				08.828.969/0001-67	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)				CEP	UF
RUA COSTA BARROS, Nº 915, SALA 711, BAIRRO CENTRO, FORTALEZA				60160-280	CE
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)		MUNICÍPIO(S)		UF	SUPERFÍCIE (ha)
SÍTIO SÃO JOSÉ		ITAPIOCA		CE	397,1428
CRI/COMARCA			MUNICÍPIO(S)		ESTADO(S)
3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS			ITAPIOCA		CE
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)		LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)		DATA
630		2-A	001V		12/12/2011
RESPONSÁVEL TÉCNICO			ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL		
EDUARDO MOTA PINHEIRO			ENGENHEIRO CIVIL		
REGISTRO NO CREA Nº			ART. Nº		
4614/D-CE			CE20200618512		

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



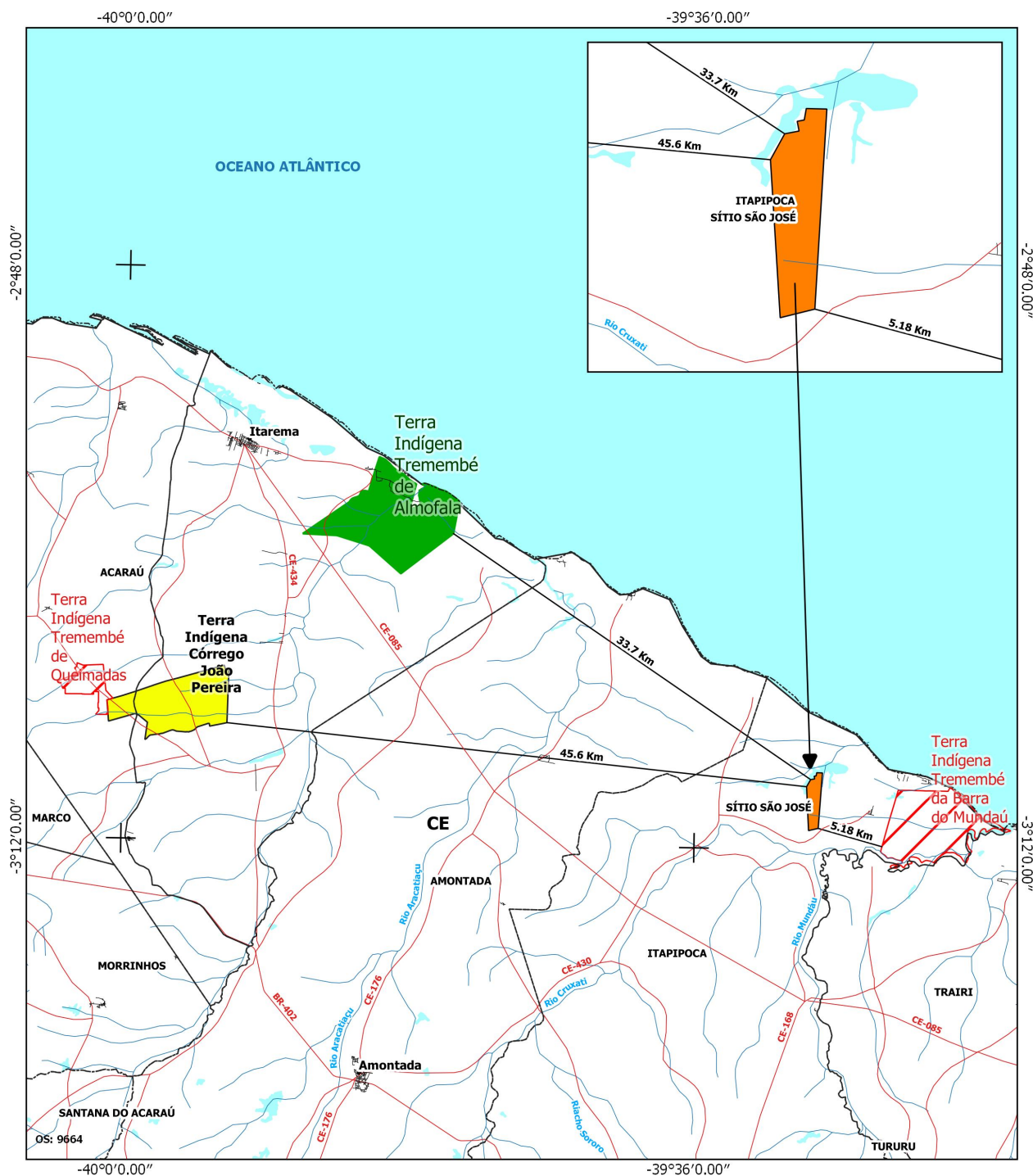
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 – p. 29



Legenda

- Terras Indígenas**
 - Delimitada
 - Declarada
 - Homologada
 - Regularizada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Limite Estadual
 - Limite Internacional
- Área ou Imóvel**
 - Limite Municipal
 - Sede do município
- Massa D'Água**
 - Hidrografia
- Rodovia**
 - Distância
 - Federal
 - Estadual

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

 <p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT</p>		
DENOMINAÇÃO: SÍTIO SÃO JOSÉ		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA Nº242/2020
INTERESSADO: SINGEMP - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA		Documento Referência: 08087.000189/2020-91
MUNICÍPIO / UF: ITAÍPOCA / CE		ESCALA: 1:370000
DESENHO EM Adriano Fortes Spaulha	CONFERIDO EM JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEO / DPT	CONFERIDO EM MARCELO ALMEIDA SANTOS COORD. GERAL DE DESEMPENHAMENTO - COGEO / DPT CREANº 97660 - RS



Brasília, 24 de abril de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 77 - p. 30

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES - DPT

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES Nº: 2072923 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº	
08620.007205/2019-49		338/2020/DPT/FUNAI	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ:	
MÁRCIO DE OLIVEIRA		376.151.819-68	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA VENEZUELA - 465 N - CENTRO - JUARA/MT		78.575-000	MT
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA SANTA CATARINA	JUARA	MT	294,4877
CARTÓRIO/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
JUARA		JUARA	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
826	2 - RG	02	11/10/1991
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
PABLO ARAMIS SANTOS		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
CREA/MT 120.805.440-6		3.130.137	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, DECLARAMOS que foram respeitados os limites com os imóveis confinantes de propriedade da União e de posse permanente destinados a indígenas.

OBSERVAÇÕES:

1. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
2. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto desta declaração, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela Funai.
3. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
4. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente

